

Assinado




Nova
Câmbios

RELATÓRIO & CONTAS
2022



Relatório & Contas de 2022

ÍNDICE

| | |
|--|-----------|
| I. RELATÓRIO DE GESTÃO | |
| 1. Órgãos Sociais | 2 |
| 2. Contexto Económico | 3 |
| 3. Recursos Humanos, Balcões e Sistemas de Informação | 7 |
| 4. Sistemas de Controlo Interno | 9 |
| 5. Atividade, Resultados e Situação Financeira | 12 |
| 6. Proposta de Aplicação dos Resultados..... | 14 |
| 7. Perspetivas | 14 |
| 8. Reconhecimento | 15 |
| II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ANEXAS | 16 |
| Balanço..... | 17 |
| Demonstração de Resultados..... | 18 |
| Demonstração dos Fluxos de Caixa | 19 |
| Demonstração de Alteração do Capital Próprio | 20 |
| Notas Explicativas Anexas às Demonstrações Financeiras | 21 |
| III. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS, RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO | 43 |

1. Órgãos Sociais

Apresentam-se os membros dos órgãos sociais que se encontram em exercício à data da elaboração deste relatório e contas, mandato 2021- 2024.

Mesa da Assembleia Geral

António Pedro de Sá Alves Sameiro – Presidente

Isabel Maria de Oliveira e Silva – Secretária

Conselho de Administração

José João Gonçalves Rocha – Presidente com funções executivas

José Carlos da Silva Pereira – Vogal com funções executivas

Tânia Mafalda da Silva Viterbo – Vogal com funções executivas

Fiscal Único

DFK & Associados, SROC, Lda, representada por Manuel Lázaro Oliveira Brito (ROC) – Revisor Oficial de Contas

Miguel Nolasco Palma – ROC Suplente

2
8

2. Contexto Económico

O exercício de 2022 teve início ainda no rescaldo das incertezas referentes ao fim da Pandemia do Covid-19 e das respetivas medidas de restrição, com impacto económico particularmente negativo durante os meses de Janeiro e Fevereiro, momento a partir do qual se levantaram a maioria das restrições e se parece ter virado a página em definitivo acerca desta crise, em particular pelos elevados números de vacinação mas também pelo impacto mais reduzido na saúde das populações do que o inicialmente previsto.

Em Portugal com a queda do governo em finais de 2021 ocorreram eleições antecipadas 30/01/2022 com a respetiva tomada de posse a 30/03/2023 do governo maioritário de António Costa, o que na prática significou ter o país em gestão corrente durante a totalidade do 1º trimestre.

Apesar do governo ser maioritário o desempenho do executivo durante 2022 e no início de 2023 viu-se marcado e condicionado por uma série de casos que surgiram, nomeadamente a desautorização do Ministro das Infraestruturas Dr. Pedro Nuno Santos na escolha da localização do novo aeroporto, assim como do anúncio da reprivatização da TAP e de uma série de outras notícias pouco abonatórias, que puseram em causa a idoneidade de membros do governo.

Talvez o principal evento geopolítico e geoestratégico da década estava ainda por anunciar, quando na madrugada de 24/02/2022 se iniciou a invasão da Ucrânia por parte da Federação Russa, acarretando consigo uma série de consequências económicas ao nível alimentar, energético e político, com o embargo à exportação de cereais da Ucrânia, um dos maiores produtores do mundo, e as sanções impostas à Federação Russa que na prática isolaram este país do Ocidente e puseram fim à dependência e avultadas importações de hidrocarbonetos por parte da União Europeia.

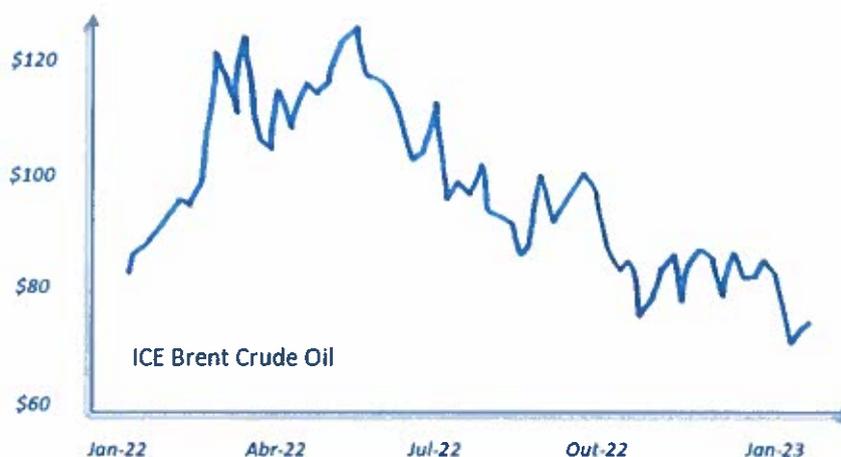


Imagem 1. – Cotação ICE Brent Crude IB.1:IEU

Fonte: Financial Times em <https://markets.ft.com>

Obviamente este conflito armado fez disparar o preço do barril de crude que ultrapassou por diversas vezes a barreira dos \$120, acelerando ainda mais a espiral inflacionista global iniciada pela crise pandémica, obrigando os diversos Bancos Centrais a atuar e colocando um peso enorme sobre os fatores de produção da larga maioria dos sectores económicos.



Imagem 2. – Evolução taxas de Inflação

Fonte: Banco de Portugal e Banco Mundial

Apesar do acordo de cereais estabelecido com a intermediação da Turquia a verdade é que o Preço dos cereais, nomeadamente do trigo, atingiu valores históricos em Maio de 2022 com um crescimento homólogo de 65%, afetando a paridade de poder de compra da maioria das famílias na União Europeia e com especial intensidade em Portugal, onde o aumento do cabaz base alimentar chegou a atingir os dois dígitos.

Toda esta pressão inflacionista levantou temores de uma inflação persistente e fora de controlo, levando os principais Bancos Centrais a subir as principais taxas de referência, sendo que a zona Euro foi um pouco mais comedida nestas subidas, numa tentativa de não estrangular as famílias com créditos hipotecários nem comprometer a recuperação pós-Covid.

| Taxas de Referência | Jan-22 | Jul-22 | Jan-23 |
|---------------------|--------|--------|--------|
| BCE | 0,0% | 1,0% | 3,0% |
| Banco de Inglaterra | 0,75% | 1,25% | 3,5% |
| FED | 0,25% | 1,75% | 4,5% |

Imagem 3. – Evolução das principais taxas de referência

Fonte: BCE, Federal Reserve e Banco de Inglaterra.

Ao nível externo e com principal enfoque nos países mais relevantes para a atividade de negócio da Novacâmbios, podemos ressaltar o facto de que ao nível do crescimento do PIB foram poucas as economias que não demonstraram uma sólida recuperação económica, tendo Portugal atingido um dos crescimentos mais robustos com 6,2% e Alemanha um dos mais modestos com apenas 1,9%, o que levanta algumas preocupações com o desempenho económico da principal economia europeia em 2023 e o impacto que terá para as economias mais periféricas da UE, tais como Portugal.

| Região | 2022 | 2023 | 2024 |
|-----------------------|------|-------|------|
| Portugal | 6,2% | 0,7% | 2,6% |
| Angola | 2,9% | 3,4% | 3,9% |
| Brasil | 3,1% | 1,2% | 1,5% |
| França | 2,6% | 0,7% | 1,6% |
| Namíbia | 3,0% | 3,2% | 2,6% |
| Espanha | 5,2% | 1,1% | 2,4% |
| Moçambique | 3,7% | 4,9% | 8,2% |
| Estados Unidos | 2,0% | 1,4% | 1,0% |
| Reino Unido | 4,1% | -0,6% | 0,9% |
| Alemanha | 1,9% | 0,1% | 1,4% |
| Índia | 6,8% | 6,1% | 6,8% |
| China | 3,0% | 5,2% | 4,5% |

Tabela 1.1. – Previsões crescimento do PIB

Fonte: World Economic Outlook (WEO) do FMI

No que diz respeito ao Brasil após a convulsão provocada pelas Eleições Presidenciais que tiveram lugar a 30/10/2022 e deram a vitória a Lula da Silva, parece que após a invasão do Planalto, do Congresso e do Tribunal Supremo em Brasília uma semana após a tomada de posse do novo Presidente em Janeiro de 2023, no plano político o país conseguiu voltar à normalidade, apesar do CELIC estar a % e o crescimento do PIB esperado para 2023 e 2024 ser algo modesto.

A economia Angolana com a reeleição do seu Presidente João Lourenço, algumas reformas económicas tendo em vista o acesso facilitado a divisa estrangeira, nomeadamente dólares norte-americanos, assim como o preço do petróleo em alta, tem permitido a esta economia recuperar um pouco do seu dinamismo com taxas de crescimento do PIB bastante interessantes, sendo que com o fim da Pandemia o fluxo de passageiros que chegam a Portugal com origem neste país também tem crescido de forma bastante interessante.

Em relação ao Reino Unido, a instabilidade governativa que se iniciou com a saída de Boris Johnson a 06/09/2022, passando pelo executivo de Liz Truss que durou menos de dois meses no meio de inúmeras políticas fiscais e económicas expansionistas duvidosas e mal recebidas pelos mercados, a mesma parece ter terminado com o início de funções do executivo de Rishi Sunak no final de Outubro de 2022 que parece ter conseguido estabilizar o panorama político desta importante economia.

Relativamente aos Estados Unidos da América apesar dos receios levantados pela guerra comercial com a China e pela questão da soberania de Taiwan, a economia continua com uma trajetória de crescimento estável e tem dado uma importante ajuda ao nosso crescimento económico ao ter-se tornado no nosso 3º maior mercado emissor de turistas não comunitários com mais de 1,5 milhões de visitas em 2022, sendo este obviamente um segmento de valor acrescentado com padrões de consumo mais sofisticados e um gasto médio mais elevado no país. Consideramos igualmente relevante o aumento significativo de norte-americanos a viver em Portugal, que se estima já ultrapassar os 10 mil registados, em grande parte devido aos nómadas digitais que apesar de não fixarem residência fiscal passam largas temporadas no país.

Se por um lado esta certa inércia no crescimento da economia brasileira esperamos que o influxo de Imigrantes Brasileiros continue a aumentar moderadamente, trazendo expectativas positivas para o negócio das Remessas, por outro o aumento do Turismo com especial incidência nos segmentos dos EUA e de passageiros a chegar desde Angola, traz consigo perspectivas bastante positivas ao nível da atividade de câmbios no país.

3. Recursos Humanos, Balcões e Sistemas de Informação

- **Recursos Humanos**

Para desenvolver a sua atividade, a NovaCâmbios iniciou o ano de 2022, com um quadro de 131 colaboradores (63 Homens e 68 Mulheres), com uma média de idades de 41 anos, terminando o ano com 125 colaboradores (63 Homens e 62 Mulheres) com uma média de idades de 39 anos.

A redução do quadro de colaboradores decorreu de rescisões por mútuo acordo.

- **Balcões**

Em 2022 a NovaCâmbios manteve a sua rede de balcões inalterada.

Iniciou e terminou o ano com 23 balcões.

A rede de balcões estava distribuída da seguinte forma:

| Localizações por Distrito e Região Autónoma | N.º de Balcões | |
|---|----------------|-----------|
| | Janeiro | Dezembro |
| Braga | 1 | 1 |
| Porto | 4 | 4 |
| Aveiro | 1 | 1 |
| Viseu | 1 | 1 |
| Coimbra | 1 | 1 |
| Lisboa | 10 | 10 |
| Faro | 4 | 4 |
| Açores | 1 | 1 |
| Total | 23 | 23 |

- **Sistemas de Informação**

Em 2022, deu-se continuidade à modernização dos sistemas de informação, prosseguindo o desenvolvimento de novas funcionalidades no aplicativo *trader*.

Continuação na melhoria da intranet da empresa, reforçando o módulo de e-learning com novas funcionalidades, ferramenta imprescindível na nossa instituição.

Investimento na área de cibersegurança.

4. Sistema de Controlo Interno

• Áreas de Controlo Interno

O Sistema de Controlo Interno da NovaCâmbios tem como missão assegurar o cumprimento das obrigações e imposições legais e regulamentares imputadas à Instituição no exercício das suas funções.

Decorrente do incremento das obrigações legais e regulamentares verificado nos últimos tempos, o Conselho de Administração da NovaCâmbios (CA) tem vindo a empreender esforços adicionais na implementação e desenvolvimento de um modelo de governo interno robusto e eficiente, de forma a impulsionar a promoção de uma conduta e cultura de risco transversal a todas as áreas de atividade da Instituição, através do desenvolvimento e aplicação de um conjunto de estratégias, sistemas, funções, políticas e princípios.

A atuação da NovaCâmbios no mercado financeiro e a relação com os seus clientes, Colaboradores, fornecedores e parceiros de negócio pauta-se pelo recurso contínuo às boas práticas e exigências que acompanham o respetivo âmbito de atuação. Neste contexto, o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras ("RGICSF"), o Regime Jurídico dos Serviços de Pagamento e da Moeda Eletrónica ("RJSPME"), o Aviso n.º 3/2020, do Banco de Portugal, assim como as diversas diretivas constituem as fontes legais, por excelência, das normas de conduta que devem guiar a atuação da NovaCâmbios, não só enquanto instituição de pagamento, mas também no que concerne ao relacionamento que mantém com os seus Clientes, Colaboradores, parceiros de negócio e fornecedores.

As normas de conduta implementadas na NovaCâmbios almejam minimizar os riscos aos quais a organização está exposta, nomeadamente, riscos operacionais e reputacionais, os quais poderão ter um efeito negativo na rendibilidade e sustentabilidade da Instituição.

A adoção de elevados padrões de ética, estabelecidos no Código de Conduta da Instituição, devem ser cumpridos e respeitados integralmente por todos os Colaboradores da NovaCâmbios, internos e externos, tendo como objetivo principal assegurar que todas as decisões tomadas no exercício da sua atividade são orientadas por um profundo sentido de integridade profissional e observância de elevados padrões de diligência, de honestidade e de sigilo.

De modo a garantir o pleno desempenho das suas funções, o CA da NovaCâmbios garante que as funções de Controlo Interno possuem um carácter permanente e efetivo, com autoridade e independência suficientes e adequados para o exercício das suas funções, assim como a existência de recursos humanos e materiais suficientes e adequados à execução das suas funções. Promove ainda ações de formação regulares em matérias afetas às suas funções.

O sistema de Controlo Interno da NovaCâmbios é constituído pela função de Gestão de Riscos, Conformidade e Auditoria Interna.

Compete à função de Gestão de Riscos definir, identificar, gerir, monitorizar e reportar os riscos aos quais a Instituição está exposta.

Sobre a função de Conformidade recai a responsabilidade de assegurar a implementação e cumprimento de todas as obrigações legais, regulamentares e estatutárias através da articulação das obrigações decorrentes das mesmas e o desenvolvimento de procedimentos e normas internas, incluindo as normas de conduta.

A função de Auditoria Interna é responsável por averiguar o grau de implementação, cumprimento e eficácia dos processos e mecanismos de governo interno pelos diversos departamentos/áreas da Instituição.

Os responsáveis pelas funções do controlo interno são nomeados pelo Conselho de Administração da NovaCâmbios, órgão responsável pela averiguação das respetivas valências e idoneidade dos mesmos.

• **Gestão de Riscos**

A Função de Gestão de Riscos tem como missão apoiar o Conselho de Administração na identificação, avaliação, acompanhamento e controlo de todos os riscos a que a Instituição se encontra ou poderá vir a encontrar exposta (quer sejam de origem interna ou externa), por forma a assegurar que aqueles se mantêm ao nível previamente definido pelo Órgão de Administração e que não afetarão significativamente a situação económica e financeira da Instituição. É responsável pela efetiva aplicação do Sistema de Gestão de Riscos, através do acompanhamento contínuo da sua adequação e eficácia, assim como da adequação e eficácia das medidas adotadas para a correção de eventuais deficiências identificadas.

No âmbito do cumprimento das suas obrigações, no período de reporte a função de Gestão de Riscos procedeu à elaboração do Relatório Anual de Avaliação dos Riscos Operacionais e de Segurança (EBA/GL/2019/04 e nº3 do Art. 70.º do RJSPME) a submeter ao Banco de Portugal; procedeu ao desenvolvimento e respetiva implementação da “Matriz de Risco para relações de correspondência” com o objetivo de identificar, analisar e avaliar os riscos de BC/FT associados à relação de correspondência pretendida/estabelecida. Efetuou ainda alterações/atualizações a nível documental e procedimental, decorrentes de alterações verificadas na Lei, nomeadamente, do Sistema de Gestão de Riscos; Modelo de Gestão de Risco de BC/FT e PGN. Produziu um relatório anual de atividades desenvolvidas no decorrer de 2022 para apresentação ao Órgão de Administração e Fiscal Único. Como parte integrante das suas funções, procedeu à manutenção do registo de incumprimentos verificados na Instituição, bem como, ao registo das medidas propostas para a sua correção.

- **Função de Conformidade**

A Função de Conformidade é responsável pelo controlo e cumprimento normativo da Instituição, assim como, pelo cumprimento das regras legais, estatutárias, regulamentares, éticas e de conduta que lhes são aplicáveis, bem como prestar esclarecimentos e dar orientações sobre quaisquer assuntos relacionados com as suas funções.

Fazem igualmente parte das suas funções controlar o risco de conformidade, os riscos associados ao BC/FT, riscos de conflito de interesses e outros de natureza operacional, os quais podem influenciar a estratégia, os objetivos e a reputação da Instituição.

No que concerne às suas atribuições específicas, a Conformidade desenvolve uma monitorização contínua das operações realizadas na Instituição, classificadas com risco acrescido de BC/FT; procede à gestão das reclamações rececionadas, através da elaboração de relatórios regulares e detalhados a apresentar ao CA e ao Fiscal Único; emite pareceres relativos à criação de novas parcerias de negócio e/ou renovação das mesmas (Due Diligence); define e desenvolve políticas e procedimentos internos tendo por base a legislação (nacional e internacional) aplicável à Instituição; procede à implementação, acompanhamento e avaliação regular da adequação e eficácia dos procedimentos adotados; assegura a implementação e cumprimento dos processos (políticas, procedimentos e ações de formação) relacionados com a prevenção do BC/FT; procedeu à elaboração e submissão ao supervisor, Banco de Portugal, do Relatório Anual de Prevenção do Branqueamento de Capitais (RPB); elaboração e apresentação ao CA e Fiscal Único de um Relatório Anual de Atividades desenvolvidas pela função; promoção e participação ativa na formação dos Colaboradores, especialmente em matérias de prevenção do BC/FT, fraude, conformidade e Código de Conduta, entre outros.

- **Função de Auditoria Interna**

A função de Auditoria Interna da NovaCâmbios é responsável pela monitorização, verificação e avaliação in loco dos níveis de adequação e eficácia dos processos de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e dos modelos de governo.

Atuando de forma totalmente independente, esta é responsável pelo planeamento e realização de ações de auditoria às diversas unidades orgânicas da NovaCâmbios e pela produção de relatórios, a apresentar ao CA e ao Fiscal Único, onde se encontram contempladas as ilações retiradas das mesmas. Estes relatórios descrevem ainda os níveis de cumprimento normativo observáveis e as deficiências detetadas em cada área/departamento. Neste seguimento, são apresentadas recomendações, com base no resultado dessas avaliações, para a mitigação e/ou melhoramento das mesmas, de forma a otimizar o desempenho verificado na Instituição como um todo.

5. Atividade, Resultados e Situação Financeira

Como anteriormente referido, a atividade, os resultados e a situação económico-financeira da Novacâmbios tiveram uma grande reviravolta derivado ao fim da Pandemia do Covid-19 e também devido ao levantamento das restrições, no nosso sector de actividade isso fez-se notar positivamente.

• Câmbios

Os resultados cambiais tiveram um aumento significativo de 94% face ao ano anterior, equivalente a 2 milhões euros.

• Transferências (MoneyGram e RealTransfer)

Teve um pequeno aumento de cerca de 18%, equivalente a 140 mil euros.

• Resultados e Situação Financeira

Os resultados obtidos em 2022 refletem a combinação de dois impactos:

- Estratégia de gestão de custos e continuação da racionalização e melhoria da eficiência iniciada em 2019, onde os Gastos Operacionais tiveram um ligeiro aumento de 7%;
- Aumento dos Resultados de Reavaliação Cambial.

Deste modo, o Produto Bancário evidencia um aumento de 1.697 mil euros, equivalente a uma variação de 49% face a ano de 2021.

O Resultado Operacional aumentou 1.393 mil euros em 2022, equivalente a +203%, passando de -687 mil euros, em 2021, para 706 mil euros, em 2022.

A variação dos impostos em 316 mil euros deve-se ao facto do ajustamento em 143 mil euros dos Impostos Diferidos e 60 mil euros em Impostos Correntes.

O Resultado Líquido do Exercício de 2022 foi positivo, de 503 mil euros, sendo de salientar uma agradável melhoria do resultado face ao ano de 2021, um aumento de cerca de 1 milhão de euros.

| Principais Rúbricas (m€) | 2022 | 2021 | Var (m€) | Var (%) |
|---------------------------------------|------------|--------------|--------------|-------------|
| Produto Bancário | 5 147 | 3 450 | 1 697 | 49% |
| Gastos Operacionais | 4 441 | 4 137 | 304 | 7% |
| Resultado Operacional | 706 | (687) | 1 393 | 203% |
| Impostos | (203) | 113 | (316) | -280% |
| Resultado Líquido do Exercício | 503 | (575) | 1 077 | 188% |

Da evolução do Balanço em 2022 expressa no quadro seguinte, salientam-se os seguintes aspectos:

| Principais Rúbricas (m€) | 2022 | % | 2021 | % | Var (m€) | Var (%) |
|----------------------------------|--------------|------------|--------------|------------|-----------------|----------------|
| Ativo Líquido, do qual: | 5 753 | 100 | 5 300 | 100 | 453 | 8,5% |
| Caixa e Disponibilidades | 1 465 | 22 | 865 | 13 | 600 | 69,3% |
| Ativos Tangíveis | 387 | 6 | 599 | 9 | (212) | -35,4% |
| Outros Ativos | 2 052 | 31 | 1 924 | 28 | 128 | 6,6% |
| Passivo, do qual: | 4 850 | 100 | 4 900 | 100 | (50) | -1,0% |
| Recursos OIC | 2 108 | 37 | 2 058 | 43 | 50 | 2,4% |
| Outros Passivos | 2 682 | 48 | 2 833 | 59 | (151) | -5,3% |
| Capital Próprio, do qual: | 903 | 100 | 400 | 100 | 503 | 125,8% |
| Capital | 1 750 | | 1 750 | | - | 0,0% |

Ao nível do Ativo Líquido verificou-se um aumento de 453 mil euros (+8,5%) face a 2021.

Dos componentes do ativo salienta-se um aumento dos ativos de liquidez, rubrica de Caixa e Disponibilidades, em 600 mil euros.

Dos restantes ativos, salientam-se os Ativos Tangíveis que continua a manter a tendência de diminuição, de -35,4% face a 2021.

Verificou-se ainda um ligeiro aumento de +128 mil euros em Outros Ativos.

O Passivo evidencia uma redução de -50 mil euros (-1%) face a 2021, situando-se nos 4.850 mil euros.

O Capital Próprio regista um aumento significativo, decorrente do resultado positivo do ano de 2022, passando a totalizar 903 mil euros.

A regularização dos Capitais Próprios da empresa está pendente da autorização e aprovação do BdP para a cobertura dos resultados transitados negativos, através da entrada de um novo accionista na empresa.

6. Proposta de Aplicação dos Resultados

O Conselho de Administração propõe à deliberação da Assembleia Geral que o resultado líquido positivo do exercício de 2022, no valor de **502.914,09 euros**, seja transferido para a conta de Reserva Legal, Reservas Livres e Resultados Transitados.

| Aplicação de Resultados de 2022 | | |
|---------------------------------|-------------------|-------------|
| Reserva Legal | 97 605,68 | 19% |
| Reservas Livres | 60 391,99 | 12% |
| Resultados Transitados | 344 916,42 | 69% |
| Total | 502 914,09 | 100% |

7. Perspetivas

Apesar da imprevisibilidade das consequências da invasão da Ucrânia, apesar do efeito da inflação na actividade da empresa é com optimismo que perspectivamos o ano de 2023.

O aumento dos fluxos turísticos, com particular realce para os Estados Unidos, fazem antever uma significativa melhoria nas operações cambiais.

É previsível que o influxo de imigrantes brasileiros continue a aumentar moderadamente criando expectativas positivas para o negócio das remessas.

Neste quadro perspectivamos o ano de 2023 como a continuação do ano anterior no que diz respeito à saúde económica e financeira da empresa.

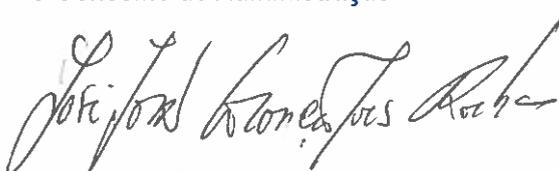
8. Reconhecimento

Encerramos este documento manifestando o nosso profundo agradecimento a todas as entidades e a todos aqueles que, no decurso do exercício, conosco colaboraram, entre eles:

- o Banco de Portugal;
- a Ultra SGPS, S.A.;
- a Associação Mutualista do Montepio Geral;
- o Banco Montepio;
- a Realtransfer - Instituição de Pagamento, S.A.;
- ao nosso Revisor Oficial de Contas
- a nossa Contabilista Certificada;
- aos nossos colaboradores pelo empenho e dedicação demonstrados no quadro das suas funções.

Lisboa, 15 de Março de 2023

O Conselho de Administração



José João Gonçalves Rocha



José Carlos da Silva Pereira



Tânia Mafalda da Silva Viterbo

II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS ANEXAS

- **Balanço**
- **Demonstração de Resultados**
- **Demonstração dos Fluxos de Caixa**
- **Demonstração das Alterações no Capital Próprio**
- **Notas Explicativas Anexas às Demonstrações Financeiras**

(Todos os valores apresentados no Anexo estão expressos em Euros, salvo indicação de outra moeda)

BALANÇO

Em 31 de Dezembro de 2022

NOVACÂMBIOS - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A.
Base de reporte: Individual - NIC

Valores em Euros

| | Notas | Ano - Atividade Global | | | Ano Anterior |
|--|-------|--|------------------------|---------------------|---------------------|
| | | Valor antes de | Provisões, imparidades | Valor líquido | |
| | | provisões, imparidades e amortizações | e amortizações | | |
| 1 | 2 | 3 = 1 - 2 | 4 | | |
| Ativo | | | | | |
| Caixa e disponibilidades em bancos centrais | 4 | 1 231 089,17 | | 1 231 089,17 | 767 851,33 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 5 | 233 966,89 | | 233 966,89 | 97 496,75 |
| Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados | 6 | 31 808,90 | | 31 808,90 | 33 020,09 |
| Aplicações em instituições de crédito | 7 | 387 000,00 | | 387 000,00 | 387 000,00 |
| Outros ativos tangíveis | 8 | 2 098 483,65 | 1 629 458,69 | 469 024,96 | 598 672,70 |
| Ativos intangíveis | 9 | 107 713,16 | 97 092,38 | 10 620,78 | 11 319,81 |
| Ativos por impostos correntes | 10 | 3 434,52 | | 3 434,52 | 3 477,73 |
| Ativos por impostos diferidos | 10 | 1 334 320,68 | | 1 334 320,68 | 1 477 072,44 |
| Outros ativos | 11 | 2 051 745,19 | | 2 051 745,19 | 1 924 063,58 |
| Total de Ativo | | 7 479 562,16 | 1 726 551,07 | 5 753 011,09 | 5 299 974,43 |

| | Ano | Ano Anterior | |
|--|-----|---------------------|---------------------|
| Passivo | | | |
| Recursos de outras instituições de crédito | 12 | 2 107 983,46 | 2 058 161,00 |
| Passivos por impostos correntes | 10 | 60 400,57 | 9 020,90 |
| Outros passivos | 13 | 2 681 931,11 | 2 833 010,67 |
| Total de Passivo | | 4 850 315,14 | 4 900 192,57 |
| Capital | | | |
| Capital | 14 | 1 750 000,00 | 1 750 000,00 |
| Outras reservas e resultados transitados | 15 | (1 350 218,14) | (775 708,39) |
| Resultado do exercício | | 502 914,09 | (574 509,75) |
| Total de Capital | | 902 695,95 | 399 781,86 |
| Total de Passivo e Capital | | 5 753 011,09 | 5 299 974,43 |

Lisboa, 15 de março de 2023

O Responsável pela Contabilidade

Margarida Cravid de Melo
Contabilista Certificada N.º 93044

Margarida Cravid de Melo

O Conselho de Administração

José João Gonçalves Rocha
José Carlos da Silva Pereira
Tânia Mafalda da Silva Vitorbo

José João Gonçalves Rocha
Tânia Mafalda da Silva Vitorbo

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

De 31 de Dezembro de 2022

NOVACÂMBIOS - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A.

Base de reporte: Individual - NIC

Valores em Euros

| | Notas | 2022 | 2021 |
|--|-------|---------------------|---------------------|
| Juros e rendimentos similares | 16 | 23,89 | 196,72 |
| Juros e encargos similares | 16 | 90 939,37 | 92 572,58 |
| Margem Financeira | | (90 915,48) | (92 375,86) |
| Rendimentos de serviços e comissões | 17 | 1 051 591,90 | 842 033,74 |
| Encargos com serviços e comissões | 18 | 153 074,58 | 119 662,63 |
| Resultados de reavaliação cambial (líquido) | 19 | 4 354 991,22 | 2 247 609,55 |
| Outros resultados de exploração | 20 | (15 598,75) | 571 956,44 |
| Produto Bancário | | 5 146 994,31 | 3 449 561,24 |
| Custos com pessoal | 21 | 2 894 929,38 | 2 757 460,91 |
| Gastos gerais administrativos | 22 | 1 367 903,37 | 1 161 988,58 |
| Amortizações do exercício e provisões líquidas de reposições e anulações | 23 | 178 095,14 | 217 227,90 |
| Resultado Antes de Impostos | | 706 066,42 | (687 116,15) |
| Impostos | | (203 152,33) | 112 606,40 |
| Correntes | 10 | 60 400,57 | 9 020,90 |
| Diferidos | 10 | 142 751,76 | (121 627,30) |
| Resultado Líquido do Exercício | | 502 914,09 | (574 509,75) |

Lisboa, 15 de março de 2023

O Responsável pela Contabilidade

Margarida Cravid de Melo
Contabilista Certificada N.º 93044

Margarida Cravid de Melo

O Conselho de Administração

José João Gonçalves Rocha
José Carlos da Silva Pereira
Tânia Mafalda da Silva Viterbo

José João Gonçalves Rocha
Tânia Viterbo

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2022

NOVACÂMBIOS - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A.
Base de reporte : Individual - NIC

Valores em Euros

| | Notas | 2022 | 2021 |
|---|-------|---------------------|---------------------|
| Atividades Operacionais | | | |
| Recebimentos de comissões | 14 | 1 051 591,90 | 842 033,74 |
| Pagamento de comissões | 15 | (153 074,58) | (119 662,63) |
| Pagamentos ao pessoal e fornecedores | 18,19 | (4 262 832,75) | (3 919 449,49) |
| Resultados de reavaliação cambial | 16 | 4 354 991,22 | 2 247 609,55 |
| Caixa gerada pelas operações | | 990 675,79 | (949 468,83) |
| Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento | 21 | (9 020,90) | (11 360,31) |
| Outros recebimentos / pagamentos | | (292 917,14) | 1 120 008,83 |
| Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1) | | 688 737,75 | 159 179,69 |
| Atividades de Investimento | | | |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Ativos fixos tangíveis | 8 | 44 652,46 | 8 723,16 |
| Ativos intangíveis | 9 | 3 095,91 | - |
| Investimentos financeiros | 6 | - | - |
| Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2) | | (47 748,37) | (8 723,16) |
| Atividades de Financiamento | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Financiamentos obtidos | 12 | - | - |
| Juros e rendimentos similares | 16 | 23,89 | 196,72 |
| | | 23,89 | 196,72 |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Financiamentos obtidos | 12 | (49 822,46) | 449 761,13 |
| Juros e gastos similares | 16 | 91 127,75 | 92 572,58 |
| Gratificações de Balanço | | - | - |
| Dividendos | | - | - |
| Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio | | - | - |
| Outras operações de financiamento | | - | - |
| | | (41 305,29) | (542 333,71) |
| Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3) | | (41 281,40) | (542 136,99) |
| Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3) | | 599 707,98 | (391 680,46) |
| Caixa e seus equivalentes no início do período | | 865 348,08 | 1 257 028,54 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período | | 1 465 056,06 | 865 348,08 |
| Diferenças entre a soma dos fluxos e a variação de caixa | | - | - |

Lisboa, 15 de março de 2023

O Responsável pela Contabilidade

Margarida Cravid de Melo
Contabilista Certificada N.º 93044

Margarida Cravid de Melo

O Conselho de Administração

José João Gonçalves Rocha
José Carlos da Silva Pereira
Tânia Mafalda da Silva Viterbo

José João Gonçalves Rocha
Tânia Viterbo

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2022

NOVACÂMBIOS - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A.
Base de reporte - Individual - NIC

Valores em Euros

| Rúbricas | Notas | Capital | Reservas Legais | Outras Reservas | Resultados Transitados | Resultado Líquido do Exercício | Total do Capital Próprio |
|--|-------|---------------------|--------------------|---------------------|---------------------------|-----------------------------------|-----------------------------|
| Saldo em 31 dezembro 2020 | | 1 750 000,00 | 652 394,32 | 3 189 608,01 | (3 497 280,24) | (1 114 369,24) | 980 352,85 |
| Aplicação do resultado líquido do exercício de 2020 | 15 | - | - | - | (1 114 369,24) | 1 114 369,24 | - |
| Correcção de Impostos Diferidos do Exercício de 2020 | | - | - | - | (6 061,24) | - | (6 061,24) |
| Resultado líquido do exercício de 2021 | 15 | - | - | - | - | (574 509,75) | (574 509,75) |
| Saldo em 31 dezembro 2021 | | 1 750 000,00 | 652 394,32 | 3 189 608,01 | (4 617 710,72) | (574 509,75) | 399 781,86 |
| Aplicação do resultado líquido do exercício de 2021 | 15 | - | - | - | (574 509,75) | 574 509,75 | - |
| Resultado líquido do exercício de 2022 | 15 | - | - | - | - | 502 914,09 | 502 914,09 |
| Saldo em 31 dezembro 2022 | | 1 750 000,00 | 652 394,32 | 3 189 608,01 | (5 192 220,47) | 502 914,09 | 902 695,95 |

Lisboa, 15 de março de 2023

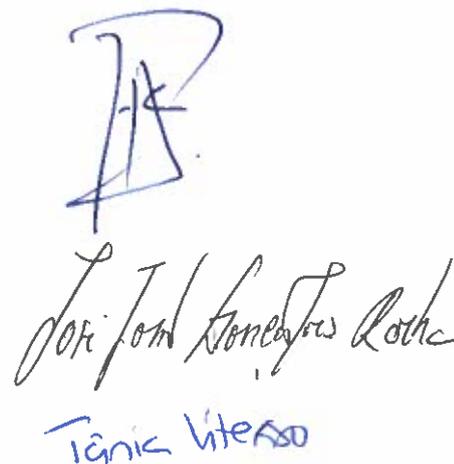
O Responsável pela Contabilidade

Margarida Cravid de Melo
Contabilista Certificada N.º 93044



O Conselho de Administração

José João Gonçalves Rocha
José Carlos da Silva Pereira
Tânia Mafalda da Silva Vitorbo



Notas Explicativas Anexas às Demonstrações Financeiras em 31/12/2022

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A **NOVACÂMBIOS – Instituição de Pagamento, S.A** (Empresa) é uma sociedade anónima com sede na Calçada do Carmo, n.º6 1.º Dto – 1200-091 Lisboa. Em junho de 2012 alterou a sua designação social e foi registada no Banco de Portugal como Instituição de Pagamento em 2013.

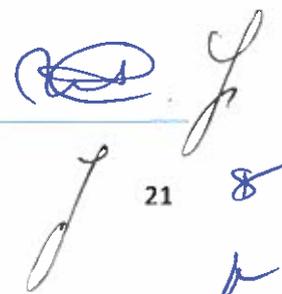
No exercício de 2022 as principais atividades desenvolvidas foram a compra e venda de moeda estrangeira, a realização de operações de envio e pagamento de fundos bem como compra de cheques de viagem.

As operações de transferências de fundos foram realizadas não só na qualidade de agente doutras Instituições de Pagamentos, mas também de forma autónoma em plataforma informática própria da Empresa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Base de apresentação e principais critérios valorimétricos

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com os princípios definidos nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), aprovadas e publicadas pelo IASB (International Accounting Standards Board), no âmbito do disposto pela União Europeia através do Regulamento 1606/2002 e na sequência do qual foi publicado o Aviso n.º5/2015 de 30 de Dezembro do Banco de Portugal.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal, no pressuposto da continuidade das operações.



21

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Ativos Tangíveis e Intangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição.

As amortizações e depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com a vida útil prevista.

b) Especialização dos exercícios

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio do acréscimo, sendo os rendimentos e os gastos reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

c) Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos em euros tendo sido utilizadas as taxas de câmbio vigentes em 31 de Dezembro de 2022 publicadas pelo Banco de Portugal.

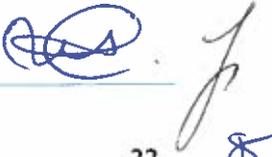
As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou na data do balanço, foram registadas como rendimentos ou gastos na demonstração de resultados do exercício.

d) Férias e subsídio de férias

A Empresa regista como gastos de cada exercício, o valor das remunerações devidas por férias e subsídio de férias, bem como os respetivos encargos sociais, pagáveis no ano seguinte a todos os trabalhadores.

e) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos aceites em Portugal.



22




f) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.

g) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

h) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

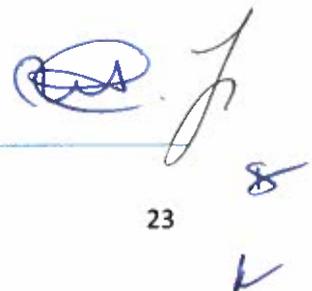
i) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

j) Derrogação das disposições

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição às IFRS.



23

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da NovaCâmbios, SA são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes das transações bem como da conversão por taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos de financiamento", se relacionados com empréstimos ou em "Outros ganhos ou perdas operacionais", para todos os outros saldos/transações.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

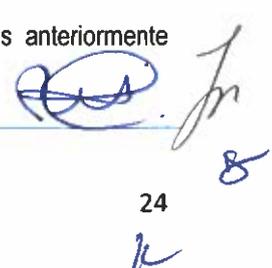
Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses.

3.3. Capital social

As ações ordinárias são classificadas em capital próprio.

3.4. Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.



3.5. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.6. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

3.7. Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.8. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

3.9. Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica "Rendimentos a reconhecer" e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio

3.10. Impostos

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% para a matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2019 a 2022 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação se baseia no plano de negócios da Empresa, periodicamente revisto e atualizado.

4. CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, o saldo da conta de Caixa tinha a seguinte composição:

| Caixa | 2022 | 2021 |
|-------------------|---------------------|-------------------|
| Moeda Nacional | 624 684,28 | 285 552,33 |
| Moeda Estrangeira | 606 404,89 | 482 299,00 |
| Total | 1 231 089,17 | 767 851,33 |

5. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, as Disponibilidades em OIC apresentavam-se como se segue:

| Disponibilidades OIC | 2022 | 2021 |
|-----------------------------|-------------------|------------------|
| Moeda Nacional | 204 721,73 | 81 840,74 |
| Moeda Estrangeira | 29 245,16 | 15 656,01 |
| Total | 233 966,89 | 97 496,75 |

6. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

A 31 de Dezembro de 2022 e 2021, o saldo desta rubrica corresponde na integra ao **Fundo de Compensação de Trabalho** e apresentava-se da seguinte forma:

| Outros Ativos Financeiros | 2022 | 2021 |
|----------------------------------|------------------|------------------|
| FCT | 31 808,90 | 33 020,09 |
| Total | 31 808,90 | 33 020,09 |

7. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, o valor de Aplicações em Instituições de Crédito não teve alteração e era de **387.000,00 euros**, valor depositado junto da **Caixa Económica Montepio Geral**, com renovação anual e detalham-se como se segue:

| Aplicações em IC | 2022 | 2021 | Início | Fim | Taxa |
|------------------|-------------------|-------------------|-----------|-----------|------|
| Poupança Prazo 1 | 340 000,00 | 340 000,00 | 27-jun-17 | 30-jun-23 | 0,5% |
| Poupança Prazo 2 | 47 000,00 | 47 000,00 | 26-fev-19 | 27-fev-23 | 0,5% |
| Total | 387 000,00 | 387 000,00 | | | |

8. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido em 2021 e 2022 para Outros Ativos Tangíveis foi o seguinte:

| | Saldo em 01jan2021 | | Aumentos / Diminuições | | Amortizações do exercício | Saldo em 31dez2021 |
|--------------------|---------------------|---------------------|------------------------|---------------------------------|---------------------------|--------------------|
| | Valor bruto | Amortiz acumul | Aquisições | Abate / Vendas / Regularizações | | |
| Edifícios | 105 000,00 | 14 175,00 | 0,00 | 0,00 | 18 750,84 | 72 074,16 |
| Obras em Edifícios | 1 278 271,96 | 748 264,06 | 5 949,51 | 0,00 | 111 275,44 | 424 681,97 |
| Equipamento | 661 836,07 | 504 824,55 | 2 773,65 | 0,00 | 57 868,60 | 101 916,57 |
| Total | 2 045 108,03 | 1 267 263,61 | 8 723,16 | 0,00 | 187 894,88 | 698 672,70 |

| | Saldo em 01jan2022 | | Aumentos / Diminuições | | Amortizações do exercício | Saldo em 31dez2022 |
|--------------------|---------------------|---------------------|------------------------|---------------------------------|---------------------------|--------------------|
| | Valor bruto | Amortiz acumul | Aquisições | Abate / Vendas / Regularizações | | |
| Edifícios | 105 000,00 | 32 925,84 | 0,00 | 0,00 | 18 750,84 | 53 323,32 |
| Obras em Edifícios | 1 284 221,47 | 859 539,50 | 30 372,38 | 0,00 | 112 813,06 | 342 241,29 |
| Equipamento | 664 609,72 | 562 693,15 | 14 280,08 | 0,00 | 42 736,30 | 73 460,35 |
| Total | 2 053 831,19 | 1 455 158,49 | 44 652,46 | 0,00 | 174 300,20 | 469 024,96 |

| RESUMO | Saldo em 01jan2022 | | Amortizações do Exercício | | Amortizações Acumuladas | Saldo em 31dez2022 |
|---------------------------------|---------------------|------------------|---------------------------|-------------------|-------------------------|--------------------|
| | Valor Inicial | Aquisições | Valor Bruto | Amortizações Ano | | |
| OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS | 2 053 831,19 | 44 652,46 | 2 098 483,65 | 174 300,20 | 1 629 458,69 | 469 024,96 |



29



9. ATIVOS INTANGÍVEIS

Relativamente aos Ativos Intangíveis, o movimento ocorrido em 2021 e 2022 foi de:

| | Saldo em 01jan2021 | | Aumentos / Diminuições | | Amortizações do exercício | Saldo em 31dez2021 |
|--------------|--------------------|------------------|------------------------|---------------------------------|---------------------------|--------------------|
| | Valor bruto | Amortiz acumul | Aquisições | Abate / Vendas / Regularizações | | |
| Software | 84 617,25 | 56 116,87 | 0,00 | -152,52 | 27 332,98 | 1 319,93 |
| Trespasse | 20 000,00 | 8 000,08 | 0,00 | 0,00 | 2 000,04 | 9 999,88 |
| Total | 104 617,25 | 64 116,95 | 0,00 | -152,52 | 29 333,02 | 11 319,81 |

| | Saldo em 01jan2022 | | Aumentos / Diminuições | | Amortizações do exercício | Saldo em 31dez2022 |
|--------------|--------------------|------------------|------------------------|---------------------------------|---------------------------|--------------------|
| | Valor bruto | Amortiz acumul | Aquisições | Abate / Vendas / Regularizações | | |
| Software | 84 769,77 | 83 449,85 | 3 095,91 | 0,00 | 1 794,90 | 2 620,94 |
| Trespasse | 20 000,00 | 10 000,12 | 0,00 | 0,00 | 2 000,04 | 7 999,84 |
| Total | 104 769,77 | 93 449,97 | 3 095,91 | 0,00 | 3 794,94 | 10 620,78 |

| RESUMO | Saldo em 01jan2022 | | Amortizações do Exercício | | Amortizações Acumuladas | Saldo em 31dez2022 |
|---------------------------|--------------------|----------------|---------------------------|------------------|-------------------------|--------------------|
| | Valor Inicial | Regularizações | Valor Bruto | Amortizações Ano | | |
| ATIVOS INTANGÍVEIS | 104 769,77 | 0,00 | 107 865,68 | 3 794,94 | 97 244,91 | 10 620,78 |

10. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E DIFERIDOS

O valor de **3.434,52€** de Activos por Impostos Correntes é relativo ao **Pagamento Especial por Conta de IRC** efectuado em 2018, cujo valor irá ser abatido ao pagamento do IRC de 2022. Durante os exercícios de 2021 e 2022 a Empresa não efetuou o pagamento especial por conta de IRC.

| Activos por Impostos Correntes | 2022 | 2021 |
|------------------------------------|-----------------|-----------------|
| PEC - Pagamento Especial por Conta | 3 434,52 | 3 434,52 |
| Retenções na Fonte | - | 43,21 |
| Total | 3 434,52 | 3 477,73 |

O valor dos impostos referentes ao exercício de 2022 é de **-203.152,33€**, resultante de um **Imposto Corrente de 60.400,57€** e de um **Imposto Diferido por Prejuízo fiscal de 142.751,76€**.

| Activos e Passivos por Impostos | 2022 | 2021 |
|---------------------------------------|---------------------|---------------------|
| Resultado Fiscal | 849 712,88 | (579 177,62) |
| Resultado Antes de Impostos (RAI) | 706 066,42 | (687 116,15) |
| Impostos Correntes | (60 400,57) | (9 020,90) |
| Impostos Diferidos | (142 751,76) | 121 627,30 |
| Total de Impostos | (203 152,33) | 112 606,40 |
| Resultado Líquido do Exercício | 502 914,09 | (574 509,75) |



30
K 8

O cálculo do Imposto corrente é de **60.400,57€** e o valor a pagar é de **56.966,06€**, depois de abatido o PEC-Pagamento Especial por Conta de IRC de **3.434,52€**

| Cálculo do Imposto Corrente | 2022 | 2021 |
|------------------------------------|------------------|-----------------|
| Imposto a 17% | 4 250,00 | - |
| Imposto a 21% | 30 437,94 | - |
| Derrama 1,5% | 12 745,69 | - |
| Tribuição Autónoma | 12 966,94 | 9 020,90 |
| Total de IRC | 60 400,57 | 9 020,90 |

Apesar dos resultados negativos obtidos nos exercícios anteriores, a Empresa tem em curso um plano de reestruturação da sua atividade que irá inverter no curto prazo os resultados.

Todas as projeções internas realizadas permitir garantir com segurança a recuperabilidade dos impostos diferidos dentro dos prazos legais existentes.

Nos cálculos dos impostos diferidos dos exercícios anteriores a Empresa aplicou uma taxa de imposto simplificada de 21% sobre o prejuízo fiscal recuperável, este ajustamento é com base na expectativa futura da Empresa vir a obter lucro e assim utilizar o crédito fiscal em causa. A taxa de imposto aplicada está em linha com a taxa de imposto atual e a espectável para exercícios futuros.

O valor total de **Ativos por Impostos Diferidos** registado desagrega-se da seguinte forma:

- Em 2022 o total era de **1.334.320,68€** e em 2021 de **1.477.072,44€**
- A Empresa deduziu na conta **Ativos por Impostos Diferidos** o valor de **142.751,76€**
- Esta diminuição deve-se ao facto da empresa ter apresentado resultado positivo no exercício de 2022.

| | Resultado Antes de Impostos | Prejuízo Fiscal | Imposto Corrente | Imposto Diferido | Ano Limite para Utilização |
|-------------------|------------------------------------|------------------------|---|-------------------------|-----------------------------------|
| Exercício de 2016 | (537 328,83) | (464 122,12) | 57 563,43 | 176 943,08 | 2030 |
| Exercício de 2018 | (2 553 470,98) | (2 558 472,29) | 32 413,67 | 537 279,18 | 2032 |
| Exercício de 2019 | (1 682 752,13) | (1 686 091,52) | 22 497,86 | 354 079,22 | 2033 |
| Exercício de 2020 | (1 396 213,83) | (1 367 350,77) | 11 360,31 | 287 143,66 | 2034 |
| Exercício de 2021 | (687 116,15) | (579 177,62) | 9 020,90 | 121 627,30 | 2035 |
| | | | Saldo em 31/12/2021 | 1 477 072,44 | |
| | | | Dedução do Imposto Diferido para o exercício de 2022 | (142 751,76) | |
| | | | Saldo em 31/12/2022 | 1 334 320,68 | |



11. OUTROS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Outros Ativos detalha-se como se segue:

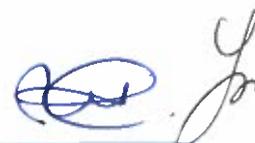
| Outros Ativos | 2022 | 2021 |
|--|---------------------|---------------------|
| Devedores e Outras Aplicações | 1 803 938,37 | 1 603 233,24 |
| por Processos Judiciais | 156 596,10 | 173 376,79 |
| PROC.Nº 111/08.4JABRG | 0,00 | 16 780,69 |
| NUIPC Nº 880/14.2 PJPRT | 550,00 | 550,00 |
| NUIP Nº 221/17.7 JAFAR | 152 548,10 | 152 548,10 |
| NUIPC Nº 1038/17.AGAVC | 3 498,00 | 3 498,00 |
| por Operações Transferências de Valores (Agentes/Correspondentes) | 502 101,53 | 354 194,49 |
| NovaCâmbios Angola | 476 232,50 | 335 443,87 |
| NovaCâmbios Namíbia | 7 994,59 | 3 655,70 |
| BCI / PFS | 2 872,63 | 15 094,92 |
| Daycoval - Brasil | 15 001,81 | 0,00 |
| por Outros Valores a Receber | 942 740,74 | 975 661,96 |
| por contraparte residente | 899 740,74 | 899 948,34 |
| por contraparte ã residente | 43 000,00 | 75 713,62 |
| Devedores e Outras Aplicações | 202 500,00 | 100 000,00 |
| Caução Euronet | 100 000,00 | 100 000,00 |
| ANA - Aeroportos | 102 500,00 | 0,00 |
| Rendimentos a Receber | 80 006,80 | 159 585,55 |
| MoneyGram | 33 504,08 | 31 427,28 |
| RealTransfer Portugal | 37 573,77 | 34 167,69 |
| Euronet - ATM's | 8 928,95 | 4 880,58 |
| Seg Social - Apoio à Retoma Progressiva de Atividade | 0,00 | 89 110,00 |
| Despesas com Encargo Diferido | 111 589,47 | 76 781,17 |
| Seguros | 15 212,21 | 20 417,18 |
| Rendas | 55 900,31 | 15 030,92 |
| Cauções de Rendas | 36 236,98 | 36 236,98 |
| Outras Despesas Diferidas | 4 239,97 | 5 096,09 |
| Outras Operações a Regularizar | 56 210,55 | 84 463,62 |
| Falhas / Sobras de Caixa | 8 490,15 | -3 381,04 |
| Documentos a aguardar Facturas | 4 576,51 | 812,10 |
| Outras operações activas a regularizar | 43 143,89 | 87 032,56 |
| Total | 2 051 745,19 | 1 924 063,58 |

Processo Judicial N.º 221/17.7 JAFAR – Este processo ainda continua a ser averiguado pelo Ministério Público – Procuradoria da República da Comarca de Faro, e irá ser presente a Tribunal este ano de 2023.

12. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tem a seguinte composição:

| Recursos de OIC | 2022 | 2021 |
|---|---------------------|---------------------|
| de Outras Instituições de Crédito | 619 251,35 | 925 930,77 |
| Caixa Económica Montepio Geral - CCC | 500 000,00 | 500 000,00 |
| Caixa Económica Montepio Geral - Empréstimo | 21 101,97 | 265 335,79 |
| Euro BIC - Empréstimo | 98 149,38 | 160 594,98 |
| de Agentes de Transferências | 1 488 732,11 | 1 132 230,23 |
| RealTransfer Portugal | 1 426 668,53 | 1 103 833,73 |
| MoneyGram | 62 063,58 | 28 396,50 |
| Total | 2 107 983,46 | 2 058 161,00 |



13. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Outros Passivos pode ser resumida como se segue:

| Outros Passivos | 2022 | 2021 |
|--|---------------------|---------------------|
| Fornecedores, Estado, e Credores | 2 290 548,60 | 2 518 204,24 |
| Fornecedores | 1 366 957,65 | 1 503 604,19 |
| Fornecedores Residentes | 429 989,23 | 533 851,99 |
| Fornecedores Residentes - ANA Aeroportos | 936 968,42 | 969 752,20 |
| Sector Público Administrativo | 86 391,01 | 89 361,92 |
| Segurança Social e Autoridade Tributária | 86 458,01 | 89 757,04 |
| Cobranças de Terceiros - Penhora de Vencimentos | -67,00 | -395,12 |
| Credores | 837 199,94 | 925 238,13 |
| Accionistas | 604 882,00 | 714 882,00 |
| Outros Credores - Acionistas - ULTRA - SGPS, S.A. | 274 882,00 | 274 882,00 |
| Outros Credores - Acionistas - Assoc Mutualista Montepio Geral | 300 000,00 | 300 000,00 |
| Outros Credores - Acionistas - José João Gonçalves Rocha | 30 000,00 | 140 000,00 |
| Outros Credores | 232 317,94 | 210 356,13 |
| Credores em Suspenso | 10 661,97 | 10 661,97 |
| Outros Credores - Transferências de Valores - Portugal | 355,00 | 355,00 |
| Outros Credores - Transferências de Valores - MoneyGram | -6,90 | -6,90 |
| Outros Credores - Transferências de Valores - NovaCâmbios AO | 112 388,08 | 93 920,70 |
| Outros Credores - Transferências de Valores - Goo AO | 105 425,36 | 105 425,36 |
| Outros Credores - Transferências de Valores - Daycoval | 3 494,43 | 0,00 |
| Encargos a Pagar | 391 382,51 | 314 806,43 |
| Juros e Encargos Similares a Pagar | 49 676,06 | 15 831,47 |
| Férias, Subsídios de Férias e Encargos Sociais | 301 851,01 | 267 393,30 |
| Outros Custos de Pessoal a Pagar | 9 146,90 | 4 699,31 |
| Fornecimentos e Serviços de Terceiros a pagar | 30 708,54 | 26 882,35 |
| Total | 2 681 931,11 | 2 833 010,67 |

Fornecedores:

- O valor em dívida à ANA-Aeroportos se encontra em pagamento prestacional anual, por mútuo acordo durante 4 anos.

Sector Público Administrativo:

- Diz respeito aos seguintes impostos a pagar em janeiro de 2023:
 - Segurança Social
 - FCT – Fundo de Compensação do Trabalho
 - AT – Retenções na Fonte (Trabalho e Prediais) e Imposto do Selo



14. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, o capital social de **1.750.000,00€** encontra-se integralmente subscrito e realizado.

A composição dos detentores do capital social é como se segue:

| | | |
|-----------------------------------|--------|-----------------|
| - ULTRA – SGPS, SA | 69,94% | - 1.223.950,00€ |
| - Associação Mutualista Montepio | 30,00% | - 525.000,00€ |
| - Outros Accionistas Particulares | 0,06% | - 1.050,00€ |

15. OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tem a seguinte composição:

| Outras Reservas e Resultados Transitados | 2022 | 2021 |
|---|-----------------------|---------------------|
| Reserva Legal | 652 394,32 | 652 394,32 |
| Reservas Livres | 3 189 608,01 | 3 189 608,01 |
| Resultados Transitados até o ano de 2015 | 405 547,62 | 405 547,62 |
| Resultados Transitados do ano de 2016 | (594 892,26) | (594 892,26) |
| Resultados Transitados do ano de 2017 | 91 840,64 | 91 840,64 |
| Resultados Transitados do ano de 2018 | (2 048 605,47) | (2 048 605,47) |
| Resultados Transitados do ano de 2019 | (1 351 170,77) | (1 351 170,77) |
| Resultados Transitados do ano de 2020 | (1 120 430,48) | (1 120 430,48) |
| Resultados Transitados do ano de 2021 | (574 509,75) | |
| Resultados Transitados | (5 192 220,47) | (4 617 710,72) |
| Total | (1 350 218,14) | (775 708,39) |

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 10 de Maio de 2022, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 com um resultado líquido negativo de 574.509,75€, tendo sido deliberado a transferência da totalidade para Resultados Transitados.

16. MARGEM FINANCEIRA

A margem financeira em 31 de dezembro de 2022 e 2021, é detalhada como se segue:

| Margem Financeira | 2022 | 2021 |
|--------------------------------------|--------------------|--------------------|
| Juros e Rendimentos Similares | 23,89 | 196,72 |
| Juros de Aplicações OIC | 23,89 | 196,72 |
| Juros e Encargos Similares | (90 939,37) | (92 572,58) |
| Juros de Empréstimos | 15 300,80 | 26 747,30 |
| Juros de Suprimentos | 32 366,49 | 32 366,64 |
| Juros de Conta Corrente Caucionada | 31 894,61 | 33 067,78 |
| Juros de Mora | 11 377,47 | 390,86 |
| Total | (90 915,48) | (92 375,86) |

17. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Os rendimentos de serviços e comissões do ano de 2022 e 2021 foram os seguintes:

| Rendimentos de Serviços e Comissões | 2022 | 2021 |
|--|---------------------|-------------------|
| Transferência de Valores | 921 938,67 | 782 349,86 |
| Comissões na Compra e Venda de Moeda | 46,71 | 1 129,78 |
| Comissões por Operações em ATM - Euronet | 129 606,52 | 58 554,10 |
| Total | 1 051 591,90 | 842 033,74 |

18. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Os encargos com serviços e comissões do ano de 2022 e 2021 foram os seguintes:

| Encargos com Serviços e Comissões | 2022 | 2021 |
|--|-------------------|-------------------|
| Comissões por garantias bancárias | 42 613,14 | 44 037,75 |
| Comissões por operações bancárias | 82 720,66 | 51 962,19 |
| Outras Comissões | 27 740,78 | 23 662,69 |
| Total | 153 074,58 | 119 662,63 |

19. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

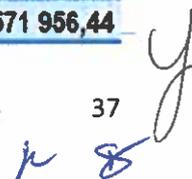
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a rubrica de Resultados de Reavaliação Cambial em Operações Financeiras apresentava um saldo de de 4.354.991,22€ e de 2.247.609,55€ respetivamente.

| Resultados de Reavaliação Cambial (líquido) | 2022 | 2021 |
|--|---------------------|---------------------|
| Ganhos em Operações Financeiras | 4 416 670,09 | 2 282 520,82 |
| Perdas em Operações Financeiras | 61 678,87 | 34 911,27 |
| Margem das Operações Financeiras | 4 354 991,22 | 2 247 609,55 |
| Margem em Notas | 4 307 580,94 | 2 244 427,89 |
| Margem em Divisas | 46 975,05 | 2 715,71 |
| Outras Diferenças Cambiais | 435,23 | 465,95 |
| Margem das Operações Financeiras | 4 354 991,22 | 2 247 609,55 |

20. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a composição das rubricas a seguir indicadas eram as seguintes:

| Outros Resultados de Exploração | 2022 | 2021 |
|---|---------------------|--------------------|
| Outros Encargos e Gastos Operacionais | (173 344,94) | (89 243,68) |
| Quotizações e Donativos | 9 299,39 | 7 037,76 |
| Outros Encargos e Gastos | - | 250,00 |
| Multas e Outras Penalidades | 14 064,00 | 1 442,56 |
| Juros de Mora / Juros Compensatórios (IRC) | 188,38 | - |
| Custos de Exercícios Anteriores | 149 793,17 | 80 513,36 |
| Outros Impostos | (7 523,00) | (9 758,00) |
| Imposto do Selo | 6 927,40 | 8 973,57 |
| IUC | 246,80 | 493,86 |
| IMI | 188,76 | 191,07 |
| Taxas | 160,04 | 99,50 |
| Outros Rendimentos e Receitas Operacionais | 165 269,19 | 670 958,12 |
| Reembolso de Despesas | - | 0,02 |
| Apoio Extraordinário à Retoma Progressiva de Atividade | - | 226 161,79 |
| Medida de Incentivo Extraordinário à Normalização da Atividade | 5 494,12 | 180 163,50 |
| Outros Rendimentos e Receitas | 104 960,92 | 264 632,81 |
| Rendimentos de Exercícios Anteriores (Apoio Extraordinário à Retoma Progressiva de Atividade) | 54 814,15 | - |
| Total | (15 598,75) | 571 956,44 |

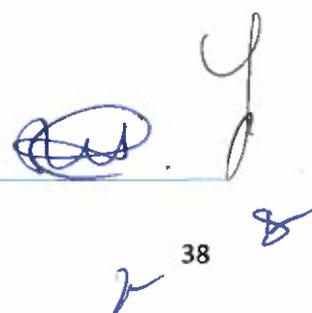



21. CUSTOS COM PESSOAL

Em 2022 a Empresa teve um efetivo médio anual de 128 trabalhadores, enquanto que no ano de 2021 foram de 139 trabalhadores.

Os custos com pessoal em 31 de dezembro de 2022 e 2021 têm a seguinte composição:

| Custos com Pessoal | 2022 | 2021 |
|---|---------------------|---------------------|
| Remunerações | 1 697 693,48 | 1 688 580,01 |
| Subsídio de Férias e de Natal | 260 183,10 | 238 671,55 |
| Encargos Sociais s/ Remunerações | 458 735,43 | 420 923,71 |
| Fundo de Compensação do Trabalho | 461,91 | 494,50 |
| Cedência de Pessoal | 156 806,39 | 129 687,78 |
| Subsídio de Refeição | 173 146,70 | 186 706,91 |
| Subsídio de Transporte | 34 350,00 | 31 375,00 |
| Seguro de Acidentes de Trabalho | 13 829,86 | 13 810,80 |
| Segurança, Higiene e Medicina no Trabalho | 38 520,29 | 4 174,63 |
| Seguro de Saúde | 42 896,59 | 40 978,43 |
| Indemnizações Contratuais | 18 305,63 | 2 057,59 |
| Total | 2 894 929,38 | 2 757 460,91 |



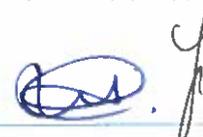
Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and the number 38.

22. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os gastos gerais administrativos totalizaram 1.367.903,37€ e repartiram-se da seguinte forma:

| Gastos Gerais Administrativos com Fornecimentos | 2022 | 2021 |
|--|---------------------|---------------------|
| Água, Energia e Combustível | 94 291,05 | 51 874,40 |
| Material de Consumo Corrente | 18 164,00 | 11 418,55 |
| Material para Assistência e Reparações | 7 699,37 | 2 467,77 |
| Material de Higiene e Limpeza | 7 290,58 | 5 186,72 |
| Total Gastos com Fornecimentos | 127 445,00 | 70 947,44 |
| Gastos Gerais Administrativos com Serviços | 2022 | 2021 |
| Rendas, Cedência de Espaços e Condomínios | 728 246,11 | 609 456,13 |
| Alugueres | 48 532,51 | 53 565,00 |
| Comunicações | 56 508,99 | 58 119,35 |
| Deslocações e Representação no País | 57 814,68 | 31 942,92 |
| Deslocações e Representação no Estrangeiro | 44 469,53 | 6 582,88 |
| Despesas de Representação | 34 035,17 | 8 772,25 |
| Publicidade | 10 319,00 | 3 011,61 |
| Conservação e Reparação | 26 419,66 | 26 809,71 |
| Formação Profissional | 2 235,45 | 3 958,00 |
| Seguros | 20 732,02 | 24 325,39 |
| Avenças e Honorários | 83 654,70 | 106 989,46 |
| Serviços Judiciais, Contencioso e Notariado | 262,00 | 187,00 |
| Serviços de Informática | 81 054,23 | 87 830,54 |
| Serviços de Segurança e Vigilância | 14 483,28 | 18 277,32 |
| Serviços de Limpeza | 25 203,32 | 18 907,15 |
| Serviços de Ligação de Dados | 2 632,20 | 2 238,60 |
| Outros Serviços de Terceiros | 3 855,52 | 30 067,83 |
| Total Gastos com Serviços | 1 240 458,37 | 1 091 041,14 |
| Total de Gastos Gerais Administrativos | 1 367 903,37 | 1 161 988,58 |

A fiscalização da Empresa é realizada pelo Fiscal Único **DFK & Associados SROC, Lda.**, que emite para cada exercício a Certificação Legal das Contas. No ano de 2022 os gastos que a empresa teve com a DFK foram de **11.070€**.



39

23. AMORTIZAÇÕES E DEPRECIAÇÕES DO EXERCÍCIO

Durante o exercício de 2022 e 2021, os gastos com amortizações detalham-se como se segue:

| Depreciações e Amortizações do Exercício | 2022 | 2021 |
|---|-------------------|-------------------|
| Ativos Fixos Tangíveis | 174 300,20 | 187 894,88 |
| Ativos Intangíveis | 3 794,94 | 29 333,02 |
| Total | 178 095,14 | 217 227,90 |

24. OUTRAS INFORMAÇÕES

24.1. Compromissos assumidos

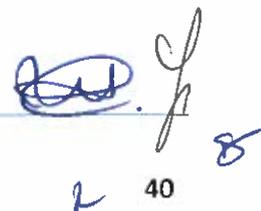
Em 31 de dezembro de 2022, a Empresa tinha as seguintes Garantias Bancárias ativas na Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal:

| Instituição | Loja | Valor |
|--------------------------------|--------------------|---------------------|
| Banco BIC Português, SA | Norte Shopping | 68 826,60 |
| Caixa Económica Montepio Geral | Braga | 13 500,00 |
| Caixa Económica Montepio Geral | Gare do Oriente | 31 487,66 |
| Caixa Económica Montepio Geral | Amoreiras | 60 164,92 |
| Caixa Económica Montepio Geral | Coimbra | 17 026,55 |
| Caixa Económica Montepio Geral | Cascais Shopping | 53 809,82 |
| Caixa Económica Montepio Geral | S. Bento / Quisque | 10 332,00 |
| Caixa Económica Montepio Geral | Cacém | 2 774,65 |
| Caixa Económica Montepio Geral | Amadora | 2 682,16 |
| Caixa Económica Montepio Geral | Aveiro II | 12 000,00 |
| Caixa Económica Montepio Geral | CC Colombo I | 137 151,48 |
| Caixa Económica Montepio Geral | ANA-Aeroportos | 1 047 400,00 |
| | | 1 457 155,84 |

24.2. Responsabilidades de Crédito

Em 31 de dezembro de 2022, a Empresa apresenta os seguintes saldos de crédito na Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal:

Ver Nota 12 – Recursos de Outras Instituições de Crédito



2 40 8

| Instituição | Produto Financeiro | Valor em Dívida |
|--------------------------------|--|-------------------|
| Banco BIC Português, SA | Financiamento à atividade empresarial | 98 149,36 |
| Caixa Económica Montepio Geral | Financiamento à atividade empresarial | 21 101,97 |
| Caixa Económica Montepio Geral | Conta corrente bancária | 500 000,00 |
| Caixa Económica Montepio Geral | Cartão de crédito com período free-float | 1 551,17 |
| | | 620 802,50 |

24.3. Partes Relacionadas

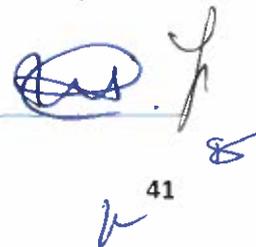
Os saldos e transacções entre as empresas do grupo do ano de 2022, foram realizados com base nos preços de mercado, foram praticadas as mesmas regras aplicadas aos fornecedores/clientes:

| Empresa | Saldo a 31-12-2021 | Varição | Saldo a 31-12-2022 | Custos | Proveitos |
|----------------|--------------------|------------|--------------------|-----------|------------|
| NC Namibia | 3 655,70 | 4 338,89 | 7 994,59 | - | - |
| NC Cuba | 32 713,62 | -32 713,62 | - | 11 610,71 | - |
| NC França | 40 000,00 | - | 40 000,00 | - | - |
| NC Angola | 244 523,17 | 122 321,25 | 366 844,42 | - | 125 891,08 |
| RT Portugal | 1 069 666,04 | 319 428,72 | 1 389 094,76 | - | 398 908,50 |
| Ultra SGPS | 617 661,98 | 4 621,90 | 622 283,88 | 20 199,93 | - |
| Ultra Serviços | 410 219,63 | -5 885,94 | 404 333,69 | 14 099,62 | - |
| Ultra Viagens | (13 341,17) | - | (13 341,17) | - | - |

25. Eventos subsequentes

Com o objecto da empresa cumprir com os rácios dos Fundos Próprios e dos Capitais Próprios, em 2021 foi apresentada ao Banco de Portugal uma proposta de aumento do capital social que passa pela a entrada da RealTransfer como accionista da NovaCâmbios.

Apesar da pandemia do Covid-19 verificada nos anos de 2020 e 2021, que afetou a economia mundial, o ano de 2022 esperava-se muito promissor até meados de fevereiro, altura em que a situação na Ucrânia-Rússia veio ensombrar essa perspetiva, podendo o cenário macroeconómico não vir a ser tão favorável para a obtenção de melhores resultados. Como consequência desta situação que perdura ao longo do ano de 2023, aliado ao aumento generalizado da taxa de inflação e das taxas de juros a economia revela atualmente um enorme estado de incerteza, cuja duração e consequências são ainda imprevisíveis. Com os elementos disponíveis, consideramos que estão criadas as condições operacionais para a manutenção da atividade da Entidade, estando assegurados os compromissos financeiros assumidos.



41

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos, além do mencionado acima, susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, e que a sua situação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2022, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o número de ações próprias detidas em 31 de Dezembro de 2022.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do mencionado diploma legal.

Na preparação das demonstrações financeiras, a NovaCâmbios não aplica a IFRS 16 – Locações, por considerar que a aplicação da mesma não tem um impacto materialmente relevante nas suas contas.

Lisboa, 15 de março de 2023

O Responsável pela Contabilidade

Margarida Cravid de Melo

Contabilista Certificada N.º 93044

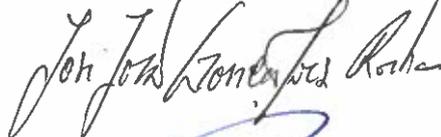


O Responsável pela Gestão

José João Gonçalves Rocha

José Carlos da Silva Pereira

Tânia Mafalda da Silva Viterbo



Tânia Viterbo

III. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS, RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



NOVACÂMBIOS – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, SA
REVISÃO LEGAL DAS CONTAS
EXERCÍCIO DE 2022

Sede Rua Cidade de Córdova nº 2A | 2610-038 Alfragide – Portugal | T. + 351 213 243 490 | dfk.lisboa@dfk.com.pt | www.dfk.pt

DFK & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda | NIPC e Matrícula na CRC de Lisboa | 504012681 | Capital Social 482.700,00 Euros
Inscrição na OROC nº 149 | Inscrição na CMVM nº 20161460 | An Independent Member Firm of DFK International

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da *Novacâmbios – Instituição de Pagamento, SA* (“Entidade”), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022, (que evidencia um total de 5.753.011 euros e um total de capital próprio de 902.696 euros, incluindo um resultado líquido de 502.914 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da *Novacâmbios – Instituição de Pagamento, SA* em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e,
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

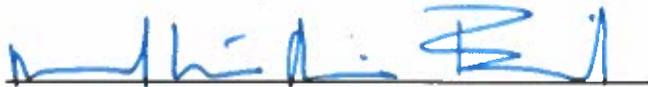
- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística adotada em Portugal para Pequenas Entidades através do Sistema de Normalização Contabilística;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Alfragide, 29 de março de 2023



Manuel Lázaro Oliveira Brito
(ROC n.º 850, inscrito na CMVM sob o n.º 20160474)
em representação da DFK & Associados, SROC, LDA



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Acionistas,

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos durante o exercício de 2022, a atividade da *Novacâmbios – Instituição de Pagamento, SA*, examinámos os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

O balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, as notas anexas e o relatório de gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, com a qual concordamos, permitem uma adequada compreensão da posição financeira e dos resultados da Entidade e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor.

Assim, somos de parecer:

Primeiro - Que sejam aprovados o relatório de gestão, o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas e as Notas Anexas apresentados pela Administração relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Segundo - Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração.

Alfragide, 29 de março de 2023

O FISCAL ÚNICO

Manuel Lázaro Oliveira Brito
(ROC n.º 850, inscrito na CMVM sob o n.º 20160474)
em representação da DFK & Associados, SROC, LDA